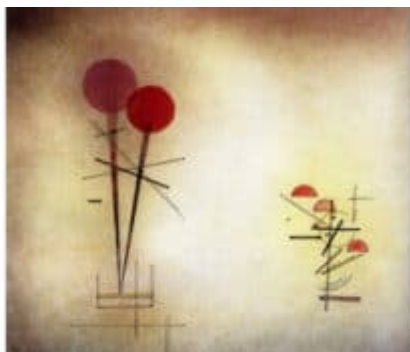


## O chão da mente



Por **ALINE MAGALHÃES PINTO\***

*Comentário sobre o livro recém-lançado de Luiz Costa Lima*

Luiz Costa Lima é um autor que dispensa apresentações. Pertencendo a uma geração da crítica literária que tem nomes como os de Alfredo Bosi, Davi Arrigucci Junior, Haroldo de Campos, José Guilherme Merquior, Roberto Schwarz e Silviano Santiago, Costa Lima se destaca pelo incansável trabalho teórico. A mais recente investida do autor acaba de ser publicada pela editora Unesp: *O chão da mente – a pergunta pela ficção*.

Na primeira década do século XXI, Costa Lima se consagrou por pelo menos três livros incontornáveis para quem se interessa por teoria da literatura: a reunião dos títulos *O controle do imaginário*, *Sociedade e discurso ficcional*, e *O fingidor e o censor*, publicados nos anos 1980 em *Trilogia do controle* (2007); *Mimesis: desafio ao pensamento* (2003); *História. Ficção. Literatura* (2006). O conjunto de livros imediatamente posterior, formado por *O controle do imaginário e a afirmação do romance* (2009); *A ficção e o poema* (2012) e *Frestas: a teorização em um país periférico* (2013) representa claramente a expansão do campo de incidência da *mimesis* e questionamento dos limites da representação-efeito que haviam sido desenhados no final do século XX e primeira década do XXI.

Em 2016, *Os eixos de linguagem*, exclusivamente dedicado ao pensamento de Hans Blumenberg, marca o ponto de uma nova inflexão na reflexão de LCL, abrindo um novo arco de questões que aparece no conjunto formado por *Melancolia* (2017); *Mimesis e arredores* (2017); *O insistente inacabado* (2018); *Limite* (2019). Percorrendo temáticas e analisando textos ficcionais bastante diversos entre si, Costa Lima mantém o traço que constitui uma espécie de assinatura em obra: um rigoroso tratamento teórico da ficção que sustenta e coexiste com a demanda por um entendimento específico acerca da *mimesis*, sua *idée fixe*. A referência ao livro de Paul Valéry talvez possa se constituir como uma alusão pertinente a uma reflexão que continuamente se reformula, sem nunca encontrar a forma de um tratado ou teoria acabada, mas que conta com um fio condutor afinado e constante como o tic-tac de um relógio que não dá trégua.

*O chão da mente* consolida a elaboração de um paradigma para a Teoria da literatura e os estudos literários. O elemento central desse paradigma é a *mimesis* e seu destaque encaminha a teorização em direção aos fundamentos da ficcionalidade. Não poderia ser de outro modo, pois a *mimesis* é um processo que se concretiza na forma da ficção, ainda que não esteja circunscrita a ela. A ficcionalidade, por sua vez, constitui um tipo de fenômeno que embaralha os campos discursivos sobre os quais se ergue.

Tributário das reflexões de Foucault, Costa Lima pensa as formações discursivas, ficcionais e não ficcionais, como formas de interferência e composição de realidades. Nenhum discurso é uma adaptação comunicativa de uma realidade. A diversidade das formas discursivas – científica, histórica, sociológica, antropológica, a ficcional, e aquela dificilmente formalizada do discurso cotidiano –, supõe que a relação com o mundo, permeada pela linguagem, assume modalidades distintas de configuração ao mesmo tempo em que obstrui a possibilidade de afirmação de um âmbito real ao qual ficção se oporia.

A ficção não é oposto do real: a ficção atua como agente de perspectivação das verdades oferecidas pelos diferentes discursos que, seguindo aporias específicas, constroem as verdades parciais constitutivas da experiência humana. E essa é a potência de perspectivação que, paradoxalmente, eleva o fenômeno ficcional e obstaculiza sua teorização: como lugar privilegiado para nos fazer ver a fragilidade das verdades oferecidas pelas formações discursivas, a ficção se transforma na

experimentação radical da contingência. Isso é, o discurso ficcional pronuncia seu conteúdo como se fosse verdade, mas não se guia pela verdade e não se submete à verdade. Essa potência que desafia ao verdadeiro, sem se tornar, por isso, uma falsidade, torna a ficção um conceito difícil, fugidio, provocativo, arrebatador.

A ficção é essa forma discursiva singular e tão fascinante que a maior parte daqueles que se dedicam a teorizá-la, acabam por construir reflexões que se enredam ao fascínio que ela desperta pelo aspecto negativo de sua experiência. Por esse caminho, o ficcional é tematizado como um revelar-velando que conduz ou a um silêncio irreduzível e inefável ou reflete uma determinada realidade social. Essa relação se desenrola historicamente como a construção do *topos* da arte como véu ou manto que recobre e, por isso mesmo, é a verdade. Liberada, na Modernidade, das regras de proporção e do conjunto, a arte não foi, contudo, libertada dos “ferros da verdade” e esse caminho coloca a dimensão estética-ficcional sob o peso da dimensão ético-religiosa. O esforço em conciliar imagens e sequências narrativas a um princípio extrínseco de verdade está na base do que Costa Lima chama de controle do imaginário: um mecanismo de consentimento social pelo qual a circulação de um artefato que diverge da “verdade” é aceita conquanto se domestique o ficcional, justificando-o a partir desse princípio.

A via paradigmática elaborada por Costa Lima perfaz outro caminho. E o livro recém-lançado é dedicado à exposição e argumentação das delimitações necessárias e dos princípios epistemológicos para o tratamento teórico do ficcional de acordo com esse paradigma. Portanto, *O chão da mente* é um livro que apresenta os fundamentos de uma discussão teórica sobre o ficcional. Para tanto, um ponto basilar é o primado do sujeito individual. O papel decisivo que a tradição ocidental concede ao sujeito constituído pela afirmação do eu (*self*) possui uma implicação direta na forma como a ficção é teorizada. E essa implicação é negativa, no sentido de que o tema do ficcional entranhou-se de tal forma às repercussões e expressões sociais do eu que a ficção, em sua especificidade, permanece carente de teorização. Diluir o primado do sujeito individual e reverter a hegemonia da concepção substancialista de sujeito que o sustenta é um dos princípios do paradigma proposto por LCL.

Não é fortuito que a abertura do livro se dedique à problemática ao redor do princípio de subjetividade moderno. A dinâmica da constituição da subjetividade, desde o seu “despertar” com Descartes até o confronto inerente à filosofia de Nietzsche é perpassada pela apresentação e discussão de uma recente pesquisa mobilizada por A. De Libera. Em seu projeto de uma arqueologia do sujeito, De Libera questiona o lugar concedido ao *cogito* cartesiano por Heidegger. Sem concordar com o francês, Costa Lima aproveita o debate que ele promove para reafirmar o trajeto constituído em *Mimesis: desafio ao pensamento* em que aposta em uma concepção fraturada de sujeito contra a hegemônica compreensão que o entende como autocentrado.

O capítulo seguinte prossegue na inquirição sobre a subjetividade. Mas, desvia-se da abordagem do percurso metacínético de conformação do conceito para aprofundar-se em um autor e sua obra: Georg Simmel. Para Costa Lima, no século XX, o pensamento de Simmel está entre os que melhor elaboraram e potencializaram a posição hegemônica que postula um sujeito unificado em si mesmo e que, partindo desse autocentramento, se projeta no pensamento que constitui. Além disso, ao longo da argumentação, Costa Lima demonstra como Simmel, em sua busca por conciliar objetividade e subjetividade, estabelecendo um *a priori* específico para a escrita da história, deixa de lado a tematização do ficcional. E, mais importante: o sucesso de seu empreendimento depende dessa ausência teórica.

A retificação do transcendentalismo kantiano procedida por Simmel supõe a presença de um eu absoluto que assume sua condição de proprietário incontestado de sua liberdade e verdade, ao mesmo tempo em que resulta de a alteridade ser ela mesma um *a priori* que especifica e confere unidade à personalidade. Certamente, a personalidade não é um valor universal, mas é unicidade qualitativa e irreduzível. O pensamento de Simmel, seguindo uma tendência equilibradora, conduz a plasticidade de um eu que vai além de si mesmo à afirmação de um plano metafísico, ou nas palavras de LCL: “Seu sujeito autocentrado conduzia a uma dimensão religiosa secularizada” (p. 165). Chegar a ela só é possível ignorando que, enquanto na prática cotidiana, o eu é orientado por uma “disposição espontânea” a convergir a pluralidade de seus papéis em uma unicidade que o integra à sua própria realidade social; no âmbito do ficcional, essa harmonização se despedaça. Nesse sentido, Costa Lima não apresenta uma monografia sobre Simmel, mas usa o debate com o pensamento do autor alemão para demonstrar a incompatibilidade entre a afirmação do sujeito individual e uma teoria da ficção.

A ficção não é a única dimensão da experiência antropológica que escancara e estremece a concepção substancialista de sujeito e o primado do eu (*self*). Reconhecê-lo permite a LCL avançar em direção aos fundamentos de sua abordagem

teórica sobre o ficcional. O índice perseguido para isso pode ser denominado como mundo dos sonhos. Em contraposição à cena social da “vida desperta” em que a pluralidade plástica da consciência submerge por meio de uma triagem que tem como critério as normas sociais, a dimensão onírica também oferece condições para entender-se a variação de eus que se oculta, consciente e/ou inconscientemente, em cada EU. O capítulo dedicado a Freud e à teoria sóciopsicológica norte-americana (Mead, Bateson, Goffmann) esclarece a relação decisiva entre a dimensão psíquica e uma teoria do ficcional.

Sigmund Freud é um interlocutor fundamental de Luiz Costa Lima desde o início de seu trabalho como teórico da literatura. Essa interlocução não se deve apenas à admiração em virtude de a psicanálise freudiana ser, além de uma terapia, um pensamento que explora a contradição que rege a vida psíquica sem pretender reduzi-la a nenhuma dialética. O pensamento de Freud é um componente vital no esforço de repensar a *mimesis* empreendido pelo autor há 40 anos. Isso acontece porque nas teorias psicanalíticas, a *mimesis* desempenha uma função central e não deriva da *imitatio* (que marca o pensamento ocidental sobre a arte). Do que decorre “diferença que existe entre o impacto da reflexão freudiana para a elaboração teórica do ficcional e a área dos estudos literários denominada literatura e psicanálise, que não é pautada por nenhum interesse especial sobre a *mimesis*”.

Ao longo de sua argumentação em *O chão da mente*, LCL demonstra como uma teoria da ficção surge em paralelo análogo à descoberta freudiana e analisa o quanto Freud é investigador indispensável para uma parte importante do território do ficcional. Isso se deve ao fato de que a dinâmica que rege a resistência psíquica que age no sonho, por exemplo, permanece no ambiente não-onírico. Isto é: o alcance da dinâmica psíquica não se detém a uma ou outra área de atuação humana, mas está presente em tudo que a mente humana toca.

Partindo dessa observação geral, o autor chega a um ponto medular: “O traço umbilical, que todo sonho contém, equivale, do ponto de vista da perspectiva geral em que temos nos empenhado, a dizer: toda atividade ficcional é decorrente de um núcleo desconhecido e sua ativação é fruto de uma atividade da mente altamente complexa, assim como de tais realizações serem sincrônicas a uma cadeia de experiências – o vivido combina-se ao imaginário, um e outro sofrem a interferência dos mecanismos de controle – sobre a censura; o vivido é desconectado de sua linearidade e, pelas imagens visuais, é combinado a outros instantes, ocasionando um conteúdo cuja aparência se confunde com o caos. Tanto no sonho quanto na ficção restrita, a intervenção analítica ou crítica anota sua caoticidade, sem converter em algo tragável pela consciência” (p. 203-204).

Percebemos a afinação entre a necessária diluição do primado do sujeito individual e o destaque dado por Costa Lima à descoberta freudiana enquanto exploração do material psíquico quando o autor brasileiro enfatiza que a perspectiva teórica aberta por Freud se constitui em desacordo com o simbolismo e decifração: os produtos da atividade psíquica não estão codificados em função de uma instância de constituição interior que obedece a uma lei oculta e preexistente (*self*). Então, da mesma maneira que “o sonho é um conglomerado geológico em que cada fragmento de pedra exige uma análise isolada cujo deslidamento coincide com a remoção”, “o trabalho sobre o ficcional não será da ordem da revelação de algo oculto, mas um movimento tal como o que há entre mapa e território” (p. 204).

Afirma-se por meio dessa ligação teórica entre desbravamento do ficcional e exploração do psíquico, o estabelecimento de dois polos da ficcionalidade: o onírico e o literário irrestrito e consciente (que provoca a experiência estética). Entre esses dois pontos, localiza-se aquilo que é restritamente ficcional. Costa Lima constrói um arco que leva do onírico ao literário e atravessa o ficcional. A disposição antropológica do material psíquico presente de uma a outra ponta desse arco será tematizada, não sem alguma ironia, com a contribuição dos desdobramentos sociológicos da teoria freudiana. A ironia está no fato de que LCL solicita o aporte teórico dessa sociologia para se desvencilhar da abordagem sociológica do ficcional. O exame e tratamento do ficcional enriquecem-se com a análise dos papéis sociais, das molduras (*frame*) e dos jogos (*play*) uma vez que colaboram para o entendimento da cláusula do *como se*. Por meio desses estudos, afirma Costa Lima, a trilha aberta para o ficcional pela dimensão do inconsciente, não se deixou restringir ao âmbito científico-filosófico.

Parece ser uma característica que acompanha o descaso pela teorização o fato de ser indagação teórica confundida com o âmbito da filosofia, como se a reflexão teórica fosse uma espécie de prática filosófica *free style*. Isso acontece com a teoria da história e com a teoria da literatura, áreas em que Costa Lima atua e influencia fortemente.

O quarto capítulo do livro retoma as características da história intelectual periférica que leva à recusa da teoria para afirmação da arte e da literatura como um produto da sociedade, logo, objeto por excelência de uma sociologia historicista que busca extrair dos artefatos artísticos e literários um conteúdo verdadeiro a respeito dessa sociedade. Essa

# a terra é redonda

compreensão, hegemônica nos meios universitários, atua como índice de obstrução ao entendimento do ficcional, esse fenômeno que dilacera a verdade *através* da aparência e da forma, sem sucumbir ao inaudito das existências não-existentes ou se subordinar a fatores de reconstituição sócio-histórica de certo ambiente.

A ficção não se confunde com o que se oculta posto que está entranhada a modos de representação: a ficção é o que se apresenta, por meio de uma trama de semantização coletiva, formada por diversos códigos sócio-culturais, reordenado, reconfigurado, posto em outra perspectiva. Ou ainda, nas palavras do próprio Costa Lima: “no ficcional, o sentido é apenas gramaticalmente estabelecido. Diante da inexistência de sua referência efetiva, o leitor concede a si realiza-la. Seu condicionamento subjetivo abala a exigência habitual de verdade: ele provoca o embaraço que acompanha a reflexão sobre o ficcional” (p. 248).

O livro termina cumprindo o propósito declarado de tocar a ossatura do ficcional, retomando a fecunda formulação de Coleridge que infere à ficção o efeito de “suspensão da descrença” para chegar à inescapável contribuição de W. Iser a uma teoria do ficcional. O projeto de antropologia literária de Iser mostra-se imprescindível pela forma como aborda a indisposição que o ficcional representa em relação ao princípio de realidade, convertendo a cláusula do *como se* – elaborada por H. Vaihinger dentro de um projeto que localiza o ficcional entre o dogma e os instrumentos de cálculo –, em um esquema para se compreender todo o processo do ficcional, permitindo alcançar a forma como a ficção transgride e amplia o real. Marcando a divergência com Iser, a respeito da *mimesis*, a que o autor alemão confere um caráter performático, LCL consegue deixar claro como partiu das proposições de Iser para afirmar a base metafórica do ficcional e estabelecer a diferença entre o que denomina como ficção interna e externa.

O último capítulo traz a reflexão que entrelaça os resultados mais recentes da investigação de Costa Lima acerca do ficcional ao conceito de controle do imaginário, cunhado nos anos 1980. Refazendo o percurso intelectual ao redor da imaginação (impulso que se exprime por meio de imagens) e capacidade criativa desde Descartes até os românticos, LCL abre a perspectiva do controle para contribuir com discussões mais recentes sobre autonomia do ficcional: sendo a ficção uma modalidade discursiva autônoma, o crítico deve confrontar a linguagem como princípio de construção e não como um simples agenciamento de conteúdo. Nesse sentido, a autonomia não se direciona ao serviço de uma instituição ou de um conjunto de valores específicos, mas atua em nome da exploração crítica das dissonâncias.

Com efeito, é seguindo essa postura que, mesmo em um livro decididamente teórico, Costa Lima possa afirmar: “Entendendo-se o regime democrático como a forma de governo que se propaga em seguida à Revolução Francesa, há de se acrescentar que, como índice negativo, no regime democrático, a legitimação dos latifúndios, dos trusts, dos monopólios implica em dar cobertura legal à arbitrariedade social. Em países economicamente avançados, a “legalidade” assim conseguida conduziu, em década recente, ao resultado paradoxal de as massas mais desfavorecidas se aliarem aos grupos mais conservadores na eleição de candidatos que, insurgindo-se contra princípios elementares do direito das gentes e dos acordos internacionais, dão a impressão de favorecer os nativos mais desfavorecidos. Tal aliança é bastante recente para nos aventurarmos a prognosticar o que irá suceder. Nos países capitalisticamente periféricos, tomando-se por modelo o que sucede no Brasil, as massas pobres, sujeitas à violência cotidiana de traficantes e de policiais, se reúnem às classes média e rica na eleição de bestializados que, favoráveis à repressão do Estado e em nome do combate à violência das ruas, promovem a legalidade cínica do status quo. Também é muito cedo para saber para onde isso tudo caminha” (p. 106).

A crítica ao contexto político incorpora também o estado atual das tecnologias sociais de comunicação que em nada contribuem para erradicar a hostilidade em relação ao ficcional. Fenômenos como *fake news*, pós-verdade e *deep fakes* tornam-se mais daninhos na medida em que a incompreensão da função da linguagem para além de veículo de comunicação permanece. Todavia, como afirma Costa Lima, se ainda é cedo para saber para onde vamos, essa indeterminação é a possibilidade de que *O chão da mente* possa representar uma contribuição importantíssima para a teoria da literatura e estudos literários, além de ser mais uma peça decisiva na construção do legado intelectual desse pensador brasileiro.

**\*Aline Magalhães Pinto é professora de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na UFMG.**

## Referência

---

Luiz Costa Lima. *O chão da mente: a pergunta pela ficção*. São Paulo, Unesp, 2021, 328 págs.

A Terra é Redonda